

WORKSHOPS

GRUPO DE TRABALHO UM

ASPECTOS OPERACIONAIS PARA SE SOLUCIONAR O TRÁFICO ILEGAL: SADC, SARPCCO E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Presidido por: Jakkie Potgieter, Instituto de Estudos sobre Segurança, e Herb Calhoun, Departamento do Estado dos Estados Unidos.

Relator: Liz Clegg, Saferworld

A SARPCCO tem o mandato de elaborar um Plano de Acção para tentar solucionar o tráfico ilegal de armas na região. Este deve estar pronto por volta de Fevereiro 2000. É importante que a SARPCCO receba fundos para levar a cabo as necessárias iniciativas.

REFORÇO E HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

Crimes que no passado eram desconhecidos em algumas partes da região (ex.: sequestro de carros em trânsito) são hoje em dia comuns. Por toda a região, existem diferentes penas para actos criminosos envolvendo armas de fogo - há necessidade de haver uma harmonização regional a este respeito. Foi sublinhado que tal não acontecerá por si só e que tal processo necessitaria de apoio.

- Recomendou-se a harmonização do código penal básico relativamente a drogas, tráfico ilegal de

A harmonização do código penal básico relativamente a drogas, tráfico ilegal de armas ligeiras, e tráfico ilegal de pessoas

armas ligeiras, e tráfico ilegal de pessoas. Esta deve estar ligada à formação e educação do sistema judicial de modo a encorajar sentenças mais rigorosas para crimes com armas de fogo.

Reforço da capacidade da polícia, alfândega e outras agências

A capacidade das várias agências envolvidas na resolução de actividades ilegais com armas varia significativamente por toda a região. Existe, em particular, uma necessidade de se reforçar a capacidade da polícia de modo a melhorar o nível de policiamento por toda a região da África Austral.

- Encorajou-se um aumento no apoio financeiro para operações policiais básicas e para formação, especialmente especialização em armas de fogo.

Existe também a necessidade de se melhorar a capacidade das alfândegas e pessoal de fronteiras - em algumas áreas as fronteiras são fracamente controladas. As armas entram ilegalmente em toda a região, em grandes quantidades, por vezes em grandes contentores. Muito embora as máquinas de Raios-X (scanners) sejam caros, este facto deve ser comparado com o custo de permitir que entrem armas numa região e ter que as localizar e recolher depois de estas estarem dispersas. Esse tipo de equipamento necessita de ser mantido e reparado, mas os benefícios poderiam ser enormes. O 'scanner' de contentores que o governo da Holanda recentemente instalou em Rotterdam tem um alto nível de sucesso com um em cada três contentores.

- Foi recomendada a provisão de assistência técnica para melhorar a capacidade dos oficiais de alfândegas e fronteiras. A relação custo-benefício dos 'scanners' de contentores devia ser investigada.

Troca de informações e mecanismos de comunicação

Os escritórios da Interpol têm um sistema de computadores X-400 ligado à base de dados IWETS mas existem restrições no uso do equipamento. Há necessidade de se melhorar a capacidade nacional e regional para recolher e armazenar informação relacionada com armas ligeiras e para comunicar essa informação por toda a região.

- O grupo recomendou a possibilidade de se estabelecer um banco de dados regional sobre armas ilegais. Este poderia ser separado do sistema da Interpol e poderia lançar informação sobre esconderijos de armamento ilegal, e não só relativamente as armas usadas em crimes. Poder-se-ia estabelecer

centros de coordenação nacional com uma pessoa treinada permanente, que seja responsável por capturar informação sobre armas ilegais.

Troca de informações de serviços de inteligência

Foi acordado que o compartilhar de informações secretas é essencial para o sucesso das operações para solucionar o tráfico ilegal. A Interpol planeou um curso sobre Inteligência para Outubro de 1999

- O grupo recomendou que se examinasse a possibilidade de expandir e elaborar o curso de formação da Interpol.

Operações conjuntas

Existe uma necessidade premente de se capturarem as armas que restam em Moçambique, uma vez que estas constituem ainda um problema para o país e seus vizinhos. É também importante começar a planejar operações para Angola e para a República Democrática da Congo (RDC) para serem implementadas quando eventualmente a paz chegar a estes países.

Para as operações conjuntas envolvendo Moçambique, Suazilândia e África do Sul o planeamento teve lugar a um nível nacional entre oficiais da alfândega e da polícia, guardas de fronteira, sistema judicial e outras partes envolvidas. Mas tal coordenação não tem lugar trans-fronteiras nacionais uma vez que as várias agências (para além da polícia) não possuem um mandato para o fazer. Contudo, algumas agências - por exemplo, guardas florestais - têm colaborado a nível regional para solucionar problemas tais como tráfico ilegal de espécies em vias de extinção.

- Foi recomendado apoio externo para facilitar melhor cooperação regional entre alfândegas e oficiais da polícia, guardas de fronteira e sistema judicial.

Foi encorajada a assistência financeira para apoiar a destruição de armamento confiscado e quantidades excedentes de armamento nacional

Destruição

O grupo acordou na importância de destruir quantidades em excesso de armas ligeiras. Observou-se que a África do Sul tem estado a fundir armas confiscadas e destruiu até à data cerca de 4 500 pistolas e onze toneladas de armas de fogo.

- Foi encorajada a assistência financeira para apoiar a destruição de armamento confiscado e quantidades excedentes de armamento nacional.

O papel das ONGs na resolução de tráfico ilegal

- O grupo reconheceu a importância do papel desempenhado pelas ONGs no reforço da capacidade da polícia para solucionar o tráfico ilegal através da provisão de informações à polícia sobre tráfico ilegal e esconderijos de armas ilegais.

Consciencialização

São necessárias campanhas de consciencialização para alertar o público em geral sobre os perigos de armas de fogo. Este papel deve ser desempenhado não só pelos governos da região mas também pelas ONGs. Algumas forças policiais possuem experiência na educação do público, por exemplo, o programa 'Captain Crime Stop' que tem estado a decorrer, com sucesso, na África do Sul há alguns anos.

- Recomendou-se o aumento de apoio a campanhas de consciencialização sobre armas de fogo, da parte dos governos, da polícia e das ONGs.

O papel do grupo de trabalho UE-SADC

- Foi recomendado que o papel do grupo de trabalho UE-SADC sobre armas de fogo deveria ser discutir as necessidades prioritárias para a região. Poderia ser na forma de um fórum para orientação e feedback. O comité conjunto poderia assistir na coordenação de iniciativas dentro e entre a SADC e a UE. Este deveria trabalhar de acordo com possíveis temas de acção, por exemplo, troca de informações em áreas de interesse comum tais como acção policial sobre o tráfico ilegal. Este poderia também auxiliar na elaboração de possíveis projectos para apoio os quais podem ser expandidos pela UE e pelos governos da SADC.

GRUPO DE TRABALHO DOIS

POLÍTICAS DE ACÇÃO PARA O REFORÇO DO CONTROLO LEGAL SOBRE A POSSE E TRANSFERÊNCIA DE ARMAS

Presidido por: Virginia Gamba, Instituto de Estudos sobre Segurança, e Lukas Schifferle, Departamento de Negócios Estrangeiros, Suíça

Relator: Andrew McLean, Saferworld

Bases para políticas de acção

A SADC reconheceu que a proliferação descontrolada de armas ligeiras é um problema e que para o solucionar, examinará a presente legislação e controlos de modo a permitir a elaboração de uma política regional que institua a transparência, prestação de contas e responsabilidade para solucionar a questão

O que é necessário para desenvolver estes alicerces?:

- um acordo sobre linhas directrizes básicas;
- uma avaliação da situação em que se encontram os vários países em termos de legislação; e
- um mecanismo para encorajar a harmonização de padrões comuns.

Houve acentuada discussão sobre a ordem em que se deveriam tratar estes elementos.

- Primeiro é necessário chegar a acordo sobre as linhas de orientação básicas. Encorajar os estados membros a reavaliarem a legislação de modo a verificar se esta se enquadra com elas. Em seguida elaborar um protocolo regional conferindo um mandato aos estados membros para implementar mudanças.
- Ou primeiro chegar a acordo sobre um protocolo que confira um mandato aos países para reavaliarem a legislação, e as outras

Foi recomendado que o papel do grupo de trabalho UE-SADC sobre armas de fogo deveria ser discutir as necessidades prioritárias para a região

etapas seguem-se a partir daí.

- Ou estipular simultaneamente o protocolo, ao mesmo tempo que chegam a acordo sobre as directrizes e reavaliação da legislação.

Achou-se que, no presente ambiente político, dever-se-ia chegar rapidamente a um acordo sobre o protocolo. Mas o grupo concordou que a ordem e o prazo de tempo não eram essenciais. Os elementos chave eram o processo e a vontade política.

- O grupo recomendou que o grupo de trabalho da SADC sobre armas ligeiras deveria discutir e chegar a acordo sobre um prazo de tempo para o processo, o mais breve possível.

Desenvolvimento de uma política de acção comum

O primeiro passo é efectuar pesquisa, elaborar e chegar a acordo sobre as linhas de orientação comuns. Chamou-se a atenção para o facto de que a SARPCCO já tinha dado um grande passo nesta questão através da elaboração de doze pontos base.

- Recomendou-se que deveria ser comissionada uma consultoria independente para examinar as linhas de orientação da SARPCCO na base de uma análise comparativa com outros controlos existentes. O objectivo seria chegar a acordo sobre princípios abrangente, baseados nas melhores práticas internacionais.

Estes princípios providenciariam então uma linha de base em relação à qual os governos da SADC comparariam a sua legislação sobre armas de fogo (incluindo controlos sobre posse, produção, importação, exportação e trânsito de armas).

- Recomendou-se que governos financiadores/doares poderiam apoiar esta auditoria legislativa através da provisão de assistência técnica (tal como elaboração de questionários detalhados) e então encorajando a troca de informações entre os países através de um seminário organizado pelo sub-comité legal da SARPCCO.

O grupo de trabalho concordou que era importante para todos os países da região saberem exactamente que armas estão na posse da polícia, do exercito e das forças de segurança, a nível nacional.

- Recomendou-se que cada estado membro da SADC deveria realizar um inventário detalhado das suas quantidades de armamento. Durante este processo, todas as armas deveriam ser marcadas e registadas numa base de

dados. O grupo sugeriu ainda que os governos doadores poderiam apoiar este exercício através da provisão de assistência técnica em técnicas de gestão de reservas, tecnologia para marcação de armas e armazenagem segura.

Recomendou-se que os governos doadores poderiam apoiar a participação dos estados da SADC nas negociações do protocolo sobre armas de fogo

Harmonização de mecanismos de controlo

Os passos acima mencionados providenciariam uma forte base para a harmonização efectiva dos mecanismos de controlo. Uma vez que cada país tenha avaliado a sua própria legislação, e acordado nos padrões mínimos e princípios mínimos, o passo seguinte seria cada país incorporá-los a nível nacional. Poder-se-ia usar a recente experiência dos países da UE na harmonização dos seus próprios mecanismos de controlo.

- O grupo reconheceu que as necessidades de cada país a respeito deste processo de harmonização seriam diferentes, e que havia grande necessidade de assistência da parte de doadores. Por exemplo, alguns países necessitariam de assistência para elaborar legislação, enquanto que em outros países, a necessidade principal seria assistência na implementação de legislação, por exemplo, através da provisão de cursos de formação por peritos em balísticas ou tecnologia para identificação de armas.

O grupo reconheceu que alguma da anterior assistência nesta área tinha sido ad hoc e de que haverian certas vantagens em haver um fundo permanente.

- Foi recomendado que governos doadores deveriam considerar a possibilidade de estabelecer um fundo para armas ligeiras para a região da SADC o qual seria utilizado pelos estados membros para assistir a pôr os seus mecanismos de controlo em linha com padrões comuns.

O grupo concordou que a falta de cooperação entre os vários departamentos do governo e actores com responsabilidades ligadas a armas ligeiras, por vezes impediam progresso de esforços.

- Recomendou-se que os governos doadores apoiassem o estabelecimento de uma agência para controlo de armas de fogo em cada país da região. Estas seriam responsáveis pela política de acção nacional e facilitariam a harmonização regional tornando-se pontos de contacto para coordenação e elaboração de políticas. Poderiam também desempenhar um papel importante na avaliação do progresso e das prioridades.

Protocolo da ONU sobre armas de fogo

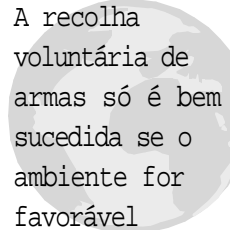
O grupo tomou conhecimento do facto de que muitos países na região tinham sido incapazes de tomar parte nas negociações para o protocolo sobre armas de fogo devido a falta de recursos financeiros. Tal significava que a perspectiva da África Austral estava, em grande parte, ausente das discussões e que os países receberiam eventualmente um acordo no qual eles não colaboraram.

- Recomendou-se que os governos doadores poderiam apoiar a participação dos estados da SADC nas negociações do protocolo sobre armas de fogo. Este apoio poderia processar-se através de apoio financeiro para participar em reuniões internacionais e apoio para workshops regionais para pôr os estados de SADC a par das questões importantes do processo de negociação.

Assistência de emergência

O grupo discutiu a perspectiva da possível proliferação em massa de armas ligeiras por toda a região se as negociações de paz em Angola e na República Popular do Congo forem bem sucedidas. Ficou acordado que era urgente que se tomassem medidas preventivas.

- Encorajaram-se os governos doadores a apoiarem o estabelecimento de uma equipe técnica (taskforce) constituída por oficiais da SADC/SARPCCO que entrariam em Angola e na RDC numa fase inicial durante as conversações de paz, para efectuar uma avaliação das necessidades legais e de policiamento, do desarmamento e manutenção de paz. Seriam necessários recursos para apoiar o grupo a estabelecer uma capacidade técnica através de consultas com oficiais que tenham estado envolvidos em operações semelhantes noutras situações pós-conflito, bem como através de formação e provisão de equipamento.



A recolha voluntária de armas só é bem sucedida se o ambiente for favorável

GRUPO DE TRABALHO TRÊS

RECOLHA DE ARMAS E COOPERAÇÃO POLÍCIA-COMUNIDADE: A RELAÇÃO ENTRE O PAPEL DA REGIÃO, DOS GOVERNOS E DAS ONGS

Presidido por: Martinho Chachiua, Instituto de Estudos sobre Segurança , e Colin Roberts, Polícia de Surrey, Grã-Bretanha

Relator: Owen Greene, Saferworld e Universidade de Bradford, Grã-Bretanha

Recolha de armas

A recolha voluntária de armas só é bem sucedida se o ambiente for favorável. Isto significa que tal deve efectuar-se logo que o conflito tenha sido resolvido ao ponto de ter sido reduzida a ameaça armada em larga-escala. Deve também ocorrer dentro de um clima político favorável onde há a cooperação e apoio das autoridades relevantes.

No contexto social, a comunidade como um todo deve sentir que a polícia e as autoridades locais são capazes de assegurar a sua segurança e de assistir no processo de desarmamento. Tais iniciativas devem assegurar que as várias facetas da comunidade estejam envolvidas, por exemplo, organizações da sociedade civil, chefes de sindicatos de trabalhadores, grupos de mulheres e igrejas.

- Concordou-se que eram essenciais oferecerem-se recompensas para o envolvimento da comunidade na recolha e destruição de armas ligeiras e foi recomendado que estas recompensas deveriam ser feitas a um grupo comunitário em vez de serem feitas aos indivíduos que entreguem as suas armas. O grupo rejeitou o pagamento directo a indivíduos.
- Foi recomendada a provisão de apoio técnico para

assistir na recolha, armazenagem e destruição de quantidades excedentes ou armas recolhidas.

Relações polícia-comunidade

A maioria das forças policiais começam a partir de uma base de falta de confiança da parte da comunidade - são consideradas como um instrumento de controlo e podem ser associados a abusos de direitos humanos. Podem também ser considerados corruptos.

- Foi recomendado apoio para efectuação de reformas substanciais e formação actualizada dos serviços da polícia em tais situações.
- O grupo também concordou que o estabelecimento de policiamento comunitário requer uma participação activa e igual de ambos os lados, o estabelecimento de instituições dentro do seio da comunidade para participação conjunta com a polícia, e a identificação de áreas prioritárias para tomada de acção.

Em termos de elaboração de práticas policiais, existem muitos desafios. Não existe ainda esperança em Angola. Contudo, na África do Sul, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Botswana e Lesotho, progrediu-se com relação ao envolvimento da polícia e da comunidade na recolha de armas.

Instituindo iniciativas locais

As iniciativas de consciencialização do público e instauração da paz constituem parte essencial da intensificação do envolvimento da comunidade na recolha de armas. As conclusões derivadas de experiências passadas são essenciais para o planeamento de qualquer operação de recolha de armas, tal como pedir o feedback daqueles que estiveram envolvidos nos processos de recolha de armas.

- O grupo sublinhou o papel significantivo que as igrejas podem desempenhar em muitos países da África Austral e a importância dos meios de comunicação, especialmente da rádio, como instrumentos para promover a consciencialização e apoio do público.
- O grupo enfatizou o valor da pesquisa e encorajou a pesquisa sobre as atitudes da comunidade local em relação a armas ligeiras e o seu impacto na concentração de atenção e recursos em áreas chave.

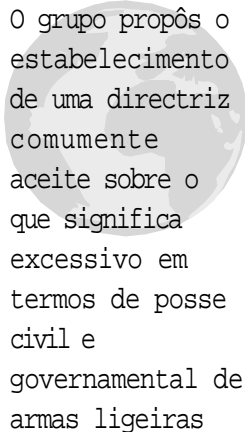
Existem diferentes tipos de excedentes de armas os quais necessitam de ser tratados de modos diferentes, por exemplo, esconderijos de armas, armas de posse ilegal, e armamento redundante. A flexibilidade é a chave.

- Recomendou-se que o problema de armamento originado a partir de fontes oficiais deveria ser solucionado através de uma melhoria nas medidas de segurança. Armamento de posse ilegal poderiam exigir uma abordagem do tipo-concessão de perdão. Esconderijos de armas precisam de ser identificados, localizados e destruídos.
- O grupo propôs o estabelecimento de uma directriz comumente aceite sobre o que significa excessivo em termos de posse civil e governamental de armas ligeiras.

Operações Rachel

O conceito na base das Operações Rachel é diferente daqueles na base de programas de recolha voluntária de armas. Muitos erros efectuados durante os anos e durante as quatro operações realizadas até à data ofereceram lições valiosas. Para além do sucesso alcançado em termos gerais, há ainda muito a fazer. As Operações Rachel estão dependentes do conhecimento do público sobre esconderijos de armas ilegais e do apoio providenciado à polícia. Futuras operações do tipo Rachel necessitarão de um contexto apropriado e do apoio de governos e de comunidades. Precisarão também de trabalhar em locais onde o mercado de armas não está activo - para que armamento escondido não seja considerado como tendo valor.

- O grupo sublinhou a importância de trabalhar com parceiros 'mudos' na comunidade, tais como as mulheres.
- O grupo é da opinião de que existem enormes



O grupo propôs o estabelecimento de uma directriz comumente aceite sobre o que significa excessivo em termos de posse civil e governamental de armas ligeiras

possibilidades de extensões das Operações Rachel envolverem outros países da região, por exemplo, o Malawi, e de trabalharem com as comunidades de modo a identificarem mais esconderijos ilegais.

Desafios aos doadores

Iniciativas descentralizadas podem apresentar problemas relativamente a quem pertencem. Este é o mesmo tipo de problema que se apresenta à maioria dos projectos de desenvolvimento, mas é exacerbado pela insegurança a qual pode ser endémica. De modo a contrabalançar esta insegurança, os financiadores devem estar preparados a trabalhar com o sector de segurança.

- Foi mencionado que o apoio local necessita de ser combinado com apoio a nível macro. Iniciativas em áreas rurais não podem ter sucesso sem o apoio do governo. As relevantes partes envolvidas e actores dos processos de recolha de armas - de cima abaixo - devem ser envolvidos. Os governos desempenham um papel essencial na provisão de apoio através de informação local e dados sobre o problema de armas ligeiras numa região específica.